



PREFEITURA DE
PRINCESA ISABEL
GABINETE DO PREFEITO

Criado pela Lei nº 229/74

ANO XVIII
EDIÇÃO EXTRA

Em 25 de agosto de 2017.

Atos do Executivo

DECISÃO

ADMINISTRATIVO – REQUERIMENTO
- LICENÇA PARA TRATO DE
INTERESSE PARTICULAR – LICENÇA
SEM VENCIMENTOS - SEVIDOR
PÚBLICO – FISCAL DE OBRAS –
PARECER JURÍDICO – DEFERIMENTO.

1 - O funcionário estável poderá obter licença sem vencimentos, para trato de interesse particular, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos e só poderá ser concedida nova licença decorridos 02 (dois) anos do término da anterior

2 - A concessão de licença ao servidor público é ato administrativo discricionário, devendo ser analisado a conveniência e oportunidade da administração pública.

3 – Seu deferimento não causa dispêndio ao Erário Público.

Trata-se de Requerimento de Licença para Trato de Interesse Particular, formulado pelo Servidor JERFFERSOM LOPES DE LIMA, fiscal de obras, matrícula nº 19.267.

Conforme Parecer Jurídico em anexo aos autos do Requerimento, a LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR, possui previsão legal no corpo da Lei Complementar nº 02/99 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Princesa Isabel), em seu Art. 112 e seguintes, que reza o seguinte:

Art. 112 – O funcionário estável **poderá obter licença sem vencimentos**, para trato de interesse particular, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos e só poderá ser concedida nova licença decorridos 02 (dois) anos do término da anterior. (Grifo nosso).

Parágrafo Único – O funcionário aguardará em exercício a concessão da licença.

Art. 113 – O funcionário poderá, a qualquer tempo, desistir da licença.

Art. 114 – Por necessidade do serviço, a licença poderá ser cassada à juízo.

Parágrafo Único – Cassada a licença, o funcionário terá até 30 (trinta) dias para assumir o exercício de suas funções, a contar da divulgação do ato ou sua publicação.

Art. 115 – Ao funcionário, detentor de cargo comissionado, não será concedida licença para trato de interesse particular. [Grifo nosso].

O ato de concessão da licença para tratar de interesses particulares é **DISCRICIONÁRIO**; assim, cabe ao gestor decidir, por critérios de conveniência e oportunidade, mérito do ato administrativo, sobre o deferimento ou não do pedido formulado.

No que concerne aos requisitos para a concessão, constata-se que o principal, nos casos de licença para trato de interesse particular é a **prescindibilidade/dispensa** dos serviços do funcionário.



PREFEITURA DE
PRINCESA ISABEL
GABINETE DO PREFEITO

No caso em tela, a Secretária de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura, classificou o serviço do Servidor Requerente como **prescindível/dispensável**, não causando seu afastamento, qualquer dano ou dispêndio ao Erário Público, já que não há nenhuma contratação neste Município para o desempenho da função de fiscal de obras e nem será necessária a contratação por excepcional interesse público.

DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO o Requerimento de Licença para Trato de Interesses Particulares sem vencimentos, formulado pelo Servidor JERFERSOM LOPES DE LIMA, fiscal de obras, matrícula nº 19.267, pelo período de 02 (dois) anos a contar desta data.

Gabinete do Prefeito, Princesa Isabel - PB,
em 25 de agosto de 2017.

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito